



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**  
**POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL EM MATO GROSSO**  
**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2023**  
**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, “A” E “I” DA LEI N. 14.133/2021)**

1.1. O presente procedimento tem por objeto selecionar associações e/ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis, formada exclusivamente de pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis e cadastradas no SINIR, para fins de coleta dos resíduos recicláveis (papel e papelão) descartados nas dependências da sede da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Mato Grosso, conforme valores expostos abaixo:

Resíduo	Unidade de medida	Quantidade estimada	Observação
Papel	kg	1.500 (corresponde a 300 caixas)	Quantidade estimada para descarte no 2º semestre de 2023
Papel	kg	12.500 (corresponde a 2.500 caixas)	Quantidade estimada para descarte no ano de 2024
Papel	kg	360 (corresponde a 12 bags)	Quantidade estimada para descarte no 2º semestre de 2023
Papel	kg	720 (corresponde a 24 bags)	Quantidade estimada para descarte no ano de 2024
Papel	kg	<b>15.080</b>	<b>TOTAL</b>

1.2. Os valores apresentados acima são meramente estimativos, inexistindo qualquer obrigação do órgão em fornecer o quantitativo máximo indicado.

1.3. O Termo de Compromisso será firmado por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura.

1.4. A presente demanda não ensejará qualquer transferência de recursos financeiros entre os partícipes, sendo que a consecução das ações previstas ocorrerá às custas de cada uma, na medida de suas obrigações.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA ‘B’ DA LEI N. 14.133/2021)**

2.1. A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizados em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA 'C')**

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA 'D' DA LEI Nº 14.133/21)**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Cuiabá/MT.

4.2. As associações e/ou cooperativas selecionadas deverão adotar os critérios de sustentabilidade abaixo descritos:

4.2.1. Observar todas as determinações contidas Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, no que for aplicável;

4.2.2. Observar todas as determinações contidas no Decreto nº 10.936/2022, que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos, no que for aplicável;

4.2.3. Observar todas as determinações contidas na Lei nº 11.445, de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, no que for aplicável;

4.2.4. Realizar o adequado acondicionamento dos resíduos sólidos recicláveis descartados pelo órgão;

4.2.5. Transportar os resíduos recicláveis em veículo automotor com capacidade suficiente para o transporte das quantidades estimadas, evitando que estes caiam durante o trajeto e causem poluição das vias públicas;

4.2.6. Realizar a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos não reaproveitados para reutilização ou reciclagem;

4.2.7. Realizar cadastro no Sistema Nacional de Informações Sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos - SINIR e manter as informações atualizadas;

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto do Termo de Compromisso.

4.4. A associação e/ou cooperativa será selecionada por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso IV, alínea "j", da Lei n.º 14.133/2021.

4.5. As exigências de participação e habilitação são aquelas disciplinadas em Edital, em consonância com os Estudos Técnicos Preliminares.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (ARTS. 6º, XXIII, ALÍNEA "E" DA LEI N. 14.133/2021)**

5.1. **Local de coleta:**

5.1.1. A coleta deverá ser realizada na sede da SPRF-MT, no endereço Rua Joaquim Murtinho, nº 1400, Bairro Centro Sul - Cuiabá/MT.

5.2. **Horário e frequência:**

5.2.1. A coleta deverá ser realizada quinzenalmente, em dia útil, no horário das 8h às 16h, excetuando-se sábados, domingos, feriados e dias em que não houver expediente no Órgão;

- 5.2.2. Em caso de acúmulo de material antes do período quinzenal estabelecido, faculta-se a SPRF-MT (Comissão para a Coleta Seletiva Solidária) entrar em contato com a cooperativa/associação para coleta do material, com prazo mínimo de 03 (três) dias úteis;
- 5.2.3. Em caso de redução de acúmulo de recicláveis a Comissão de Coleta Seletiva Solidária comunicará o fato para que nova frequência seja estabelecida;
- 5.2.4. Coletas extraordinárias, para atender excedentes provenientes de eventos que ocorram no SPRF-MT e que gerem um aumento significativo de resíduos recicláveis, desde que acordado antecipadamente entre as partes, e em dia e horário previamente acordados. Para os eventos deverão ser fornecidos e dispostos, no local do evento, coletores extras, devidamente identificados, desde que também acordado entre as partes;
- 5.2.5. A quantidade de resíduos sólidos poderá sofrer alterações no decorrer do processo de coleta seletiva, o que será analisado em conjunto entre a Comissão e a associação/cooperativa;
- 5.2.6. O local, o horário, e a logística da coleta poderão ser modificados e ajustados em comum acordo entre a Comissão e a associação/cooperativa;
- 5.2.7. O equipamento de trituração deve possibilitar triturar papéis sem a necessidade de retirar clips, grampos, elásticos e demais componentes plásticos e metálicos.

## **6. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

- 6.1. As associações e/ou cooperativas devem possuir os equipamentos, ferramentas e utensílios próprios para prestar os serviços de reciclagem.

## **7. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

- 7.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- 7.1.1. A quantidade de resíduos foi estimada conforme item "8" dos Estudos Técnicos Preliminares e também está prevista na tabela do item "1.1" do presente Termo de Referência.
- 7.1.2. A associação e/ou cooperativa deverá dimensionar a proposta com base nas exigências previstas no Edital.

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA "F" DA LEI Nº 14.133/21)**

### **8.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO**

- 8.1.1. Na presente demanda, a fiscalização e o acompanhamento dos serviços serão realizados pela Comissão para Coleta Seletiva Solidária, composta por 3 (três) membros: Presidente, Vice-Presidente e 3º membro, cujas atribuições serão as seguintes:
- 8.1.1.1. Fiscalizar os serviços relativos à coleta seletiva, com base no Termo de Compromisso firmado;
- 8.1.1.2. Registrar em processo próprio no sistema SEI todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;
- 8.1.1.3. Realizar cadastro no sistema do MTR, contido na plataforma do SINIR, e emitir o MTR (Manifesto de Transporte de Resíduos) como "Gerador", conforme as orientações previstas no Decreto nº 280, de 29 de junho de 2020, do Ministério do Meio Ambiente;

- 8.1.1.4. Acompanhar a trituração dos papéis que forem classificados como documentos, o que não retira da associação/cooperativa selecionada a total responsabilidade pelo correto descarte dos resíduos sólidos coletados, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;
- 8.1.1.5. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Termo de Compromisso, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 8.1.1.6. Zelar perante o fiscal do contrato de limpeza do órgão para que sejam implementadas rotinas com a associação/cooperativa selecionada, que garantam que os resíduos recicláveis mantenham-se separados dos não recicláveis no momento da sua retirada das unidades e salas do órgão;
- 8.1.1.7. Implementar ações de sensibilização entre os servidores públicos para a adequada separação dos resíduos que descartem;
- 8.1.1.8. Armazenar os resíduos em local seguro, protegido contra intempéries e ações de degradação;
- 8.1.1.9. Atuar conjuntamente com o órgão da Administração Pública para acompanhar e avaliar as atividades de execução deste Termo de Referência;
- 8.1.1.10. Na hipótese de constatação de impropriedades ou irregularidades, deverá notificar a associação ou cooperativa para sanear a situação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão do Termo de Compromisso, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- 8.1.1.11. Autorizar a retirada dos resíduos recicláveis descartados do edifício somente por catadores previamente indicados e identificados;
- 8.1.1.12. Cobrar das cooperativas e associações o cumprimento da destinação final ambientalmente adequada dos resíduos não reaproveitados para reutilização ou reciclagem, aplicando-lhes as sanções previstas no parágrafo único do artigo 42 do Decreto nº 10.936, de 2022, em caso de descumprimento, observados o contraditório e a ampla defesa;
- 8.1.1.13. Caso os materiais não sejam recolhidos no prazo acordado após a comunicação para coleta pela associação ou cooperativa, em seu respectivo período, a Comissão comunicará a associação ou cooperativa subsequente para, no mesmo prazo, manifestar interesse em realizar a coleta em caráter excepcional;
- 8.1.1.14. A Comissão não poderá transferir à outra associação ou cooperativa as obrigações e responsabilidades decorrentes do Termo de Compromisso, a não ser que se verifique descumprimento por parte da associação ou cooperativa originalmente selecionada;
- 8.1.1.15. A Comissão poderá analisar as propostas de alteração do Termo de Compromisso, desde que não impliquem mudanças da natureza do objeto;

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA 'H', DA LEI N. 14.133/2021)**

- 9.1. A associação e/ou cooperativa será selecionada por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso IV, alínea "j", da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.2. As exigências de participação e habilitação são aquelas disciplinadas em Edital.

**PRF**

Documento assinado eletronicamente por **KELLEN ARTHUR PREZA NOGUEIRA, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal em Mato Grosso**, em 06/07/2023, às 13:18, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **49525725** e o código CRC **FB902DD5**.



Referência: Processo nº 08661.006770/2023-99



SEI nº 49525725